

# **ECONOMIA POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES DEPOIS DE 11 DE SETEMBRO**

**Alfredo Saad Filho**  
**Department of Development Studies**  
**SOAS, University of London**  
**as59@soas.ac.uk**

## **Abstract**

This paper reviews some of the most important challenges facing contemporary ‘anti-capitalist’ or ‘anti-globalisation’ movements. It discusses the context of these movements, and their need to offer responses to the problems of neoliberalism, globalisation, corporate governance and democracy. The paper concludes that current challenges suggest that the limits of capitalism can be transcended through a communist alternative.

## **Resumo**

Este artigo analisa alguns dos desafios mais importantes que confrontam os movimentos ‘anticapitalistas’ ou ‘anti-globalização’ na atualidade. O artigo discute o contexto desses movimentos, e a necessidade deles oferecerem respostas aos problemas do neoliberalismo, globalização, governança corporativa e democracia. O artigo conclui que os desafios atuais indicam que os limites do capitalismo podem ser superados através de uma alternativa comunista.

*A necessidade de um mercado em constante expansão ... persegue a burguesia através da superfície do globo ... Todas as antigas indústrias nacionais ... são desalojadas por novas indústrias ... que não processam mais matérias-primas domésticas, mas matérias-primas oriundas das zonas mais remotas; indústrias cujos produtos são consumidos não apenas localmente, mas em todos os cantos do mundo. Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos domésticos, encontramos novas necessidades, exigindo para sua satisfação produtos de terras e climas distantes ... A burguesia, pelo rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção, através dos meios de comunicação imensamente simplificados, atrai todas ... as nações para a civilização ... Ela obriga todas as nações, sob pena de extinção, a adotarem o modo de produção burguês; ela as compele a introduzir o que ela chama de civilização em seu meio; ou seja, a tornarem-se burguesas também. Em resumo, ela cria um mundo à sua imagem.*

### **Capitalismo e Anticapitalismo**

O *Manifesto Comunista* parece mais relevante na atualidade que em 1848. Aspectos essenciais do capitalismo do século XIX continuam evidentes, e estão ainda mais proeminentes, no princípio do século XXI. Entre eles, a internacionalização do comércio, produção e finanças, o crescimento das empresas transnacionais, a revolução nas comunicações, a difusão da cultura e dos padrões de consumo ocidentais, e assim por diante.

Outros traços característicos de nossa época também podem ser identificados no *Manifesto*. No alvorecer do século XXI, nações poderosas continuam a dominar o mundo por meios políticos, econômicos e militares, e seu evangelho é zelosamente pregado pelos modernos missionários do neoliberalismo. Eles seguem os passos de seus predecessores, cuja força derivava da Santíssima Trindade do imperialismo Vitoriano: Deus, o capital britânico e a Marinha Real. Os evangelistas de hoje falam em direitos humanos e na eliminação da pobreza, mas sua fé se baseia nas Tábuas Sagradas da lei de copyright e no Convênio Constitutivo do FMI. Eles viajam pelo mundo todo e, apesar de imensas privações em anônimos hotéis de luxo, incansavelmente pregam a submissão aos desejos de Wall Street e do governo dos Estados Unidos. Eles nunca aceitam um não como resposta. A temosia nativa é explicada inicialmente por sua ignorância ou corrupção e, em seguida, ela é ridicularizada. Entretanto, até mesmo a santa paciência tem seus limites. Eventualmente, pressões econômicas e diplomáticas podem tornar-se necessárias. Em

circunstâncias extremas, a Casa Branca pode ser obrigada a bombardear o inimigo, assim tornando outro país seguro para o McDonalds. Parece que, apesar de nossos carros velozes, telefones celulares e da internet, o mundo não mudou muito nos últimos cento e cinquenta anos.

Esse artigo desafia vários ídolos do pensamento contemporâneo, incluindo as noções de que o capitalismo promove a democracia, a paz mundial e a igualdade tanto em cada país quanto entre os países, que toda dívida deve ser paga, que a globalização é inevitável e indubitavelmente positiva, que os Estados Nacionais são impotentes, e que as crises econômicas podem ser eliminadas. Em termos mais gerais, ele argumenta que o capitalismo é insustentável e indesejável, e que o comunismo justifica-se não só por razões materiais mas, principalmente, por razões humanas. Grande parte do que se diz aqui é óbvio. Entretanto, às vezes o óbvio precisa ser demonstrado repetidamente, até tornar-se evidente para a maioria.

Esse artigo também rejeita a reação padronizada contra as críticas ao capitalismo contemporâneo, o mote banal de que ‘não existe alternativa’. Entre os partidários desse ponto de vista estão gulosos defensores do ‘livre mercado’, decrépitos filósofos da ‘terceira via’, economistas delirantes, políticos oportunistas, burocratas corruptos, jornalistas falidos e outros malfeitores. Eles militam em defesa dos interesses próprios, esganiçando que a humanidade é geneticamente programada para ser gananciosa, que o capitalismo é a lei da natureza, que o capital transnacional está geralmente certo, e que regulamentações não intrusivas são suficientes nos raros momentos quando o capital se equivoca. Eles dizem que as sociedades capitalistas, apesar de historicamente recentes, durarão para sempre, e que o triunfo do mercado deve ser aceito sem hesitação porque ele é inevitável e vantajoso para todos. Eles nos asseguram que enormes melhorias nos padrões de vida se avizinham, bastando apenas outro apertar dos cintos.

Engodos como esses ajudaram a legitimar a crescente mercantilização da vida nos últimos vinte anos. Nos países ricos, isso se deu principalmente através do assalto às redes de seguridade social construídas após a Segunda Guerra Mundial. Milhões de trabalhadores foram forçados a escolher entre empregos inseguros e mal pagos ou o desemprego; a oferta de serviços públicos foi reduzida, e piorou a distribuição de

renda e riqueza. Nos países pobres, as estratégias de desenvolvimento nacional entraram em colapso em quase todos os lugares. Uma triste ‘era de ajustes’, teleguiada a partir de Washington, espalhou-se gradualmente através do mundo ‘em desenvolvimento’. Nesses países, expectativas reduzidas e conformidade política são impostas por dívidas externas usurárias e pelo despotismo neoliberal monitorado pelo FMI, Banco Mundial e Departamento do Tesouro dos EUA. A experiência recente demonstra abundantemente que o neoliberalismo pisoteia nas conquistas, vidas e esperanças dos pobres em todos os lugares, e que ele freqüentemente leva a resultados desastrosos.

Apesar do argumento de que a história acabou ou, mais precisamente, de que mudanças sociais e políticas significativas são impossíveis na atualidade, o projeto globalista neoliberal tem enfrentado desafios complexos. Ele sofre problemas de legitimidade nos EUA devido à queda dos salários apesar do crescimento da renda nacional, na Europa Ocidental devido aos conflitos sociais detonados pelo elevado desemprego e a estagnação dos padrões de vida, e no Japão devido à interminável crise econômica. Ele se defrontou com o colapso social e econômico do bloco Soviético, e com repetidas crises financeiras e de balanço de pagamentos na América Latina e no Sudeste Asiático. Ele teve que explicar a desagregação econômica e política da África Subsaariana, e coincidiu com guerras freqüentes e com atividades terroristas sem precedentes em todos os cantos do mundo. Por fim, o globalismo neoliberal foi confrontado por uma desilusão profunda em todos os lugares, e por protestos vibrantes e por resistência de massas, especialmente na Argentina, Coréia do Sul, Equador, Indonésia, México, e nos Territórios Ocupados.

Nesse contexto, os recentes movimentos ‘anticapitalistas’ ou ‘anti-globalização’ são importantes por duas razões. Primeiro, eles são globais, e combinam campanhas que anteriormente eram separadas. Ao fazerem isso, eles colocaram em questão os aspectos *sistêmicos* do capitalismo pela primeira vez em uma geração. Segundo, eles colocaram em evidência a natureza lamentável do capitalismo contemporâneo. Apesar de inicialmente marginalizados, esses movimentos tornaram-se proeminentes após a rebelião Zapatista, a campanha contra a dívida externa do grupo Jubileu 2000, e os enfrentamentos que contribuíram para o fracasso da conferência da OMC em Seattle. Os novos movimentos participaram de vigorosas manifestações de massa em vários

continentes, e eles demonstraram sua oposição às práticas monopolistas das empresas transnacionais, inclusive os gigantes farmacêuticos e as corporações que tentam obrigar o mundo a ingerir alimentos transgênicos. Eles desafiaram as leis de patentes e entraram em conflito com outras formas de ‘ganância empresarial’, participando de importantes boicotes contra a Shell, Nike e outras grandes empresas. Esses movimentos também enfrentaram regimes políticos repressivos, como a ditadura militar em Myanmar, e demonstraram solidariedade internacional, por exemplo, com os Zapatistas e os Sem-Terra brasileiros.

Seus sucessos recentes demonstram que existe um descontentamento generalizado e um campo fértil para a discussão de alternativas, em diversos níveis, em todo o mundo. Contínuos enfrentamentos contra o projeto globalista neoliberal e suas implicações destrutivas são inevitáveis.

### **Além de 11 de Setembro**

O crescimento da oposição ao projeto globalista neoliberal foi temporariamente barrado pelos acontecimentos trágicos de 11 de setembro de 2001. Em resposta àquelas atrocidades terroristas, o governo dos EUA desencadeou uma atabalhoada e brutal campanha terrorista de Estado contra milhões de pessoas, tanto no país como no exterior. A parte mais importante dessa estratégia é a chamada ‘guerra infinita’ contra adversários pouco definidos, mas cuidadosamente selecionados. Ao invés de ajudar a resolver descontentamentos existentes, o terrorismo de Estado norte-americano deu um pretexto para terroristas privados atacarem os EUA e seus cidadãos.

A chamada ‘guerra ao terror’ foi racionalizada através da assimilação entre o projeto globalista neoliberal e o imperialismo norte-americano. A elite global (a ‘comunidade internacional’, baseada em Washington) subordinou descaradamente o direito internacional aos interesses da política externa norte-americana. Ela concedeu a si mesma a licença para aplicar uma força ilimitada contra regimes discordantes (‘estados destrutivos’) ou movimentos sociais (‘organizações terroristas’), seja por ‘razões humanitárias’ ou para derrotar o que quer que aquelas elites decidam chamar de ‘terrorismo’.

A esmagadora superioridade militar dos Estados Unidos permite que seu governo ataque adversários em qualquer ponto do planeta sabendo que suas próprias baixas serão reduzidas, e que o dano ao outro lado eventualmente destruirá a oposição. As guerras desencadeadas pelos EUA e seus Estados Vassalos contra o Iraque, em 1990, e ações militares subseqüentes no Afeganistão, Bósnia, Kosovo, Palestina, Panamá, Serra Leoa, Somália, Sudão e em outros lugares trouxeram importantes ganhos à elite global, por exemplo, garantias de segurança sem precedentes a seus interesses comerciais. Entretanto, essas operações tiveram um custo incalculável.

Convenientemente, as vítimas são quase invariavelmente pobres e escuras. Elas falam línguas incompreensíveis e idolatram deuses menores. Elas vivem em locais aonde os problemas políticos e sociais são intratáveis, de onde elas raramente podem sair porque (em contraste com seu dinheiro e seus bens) elas não são bem-vindas no exterior. Seu destino é irrelevante, desde que elas submetam-se aos desígnios geopolíticos ocidentais.

A tragédia de 11 de setembro revelou limites inesperados do globalismo neoliberal. A profundidade da insatisfação com o comando econômico e político de Washington foi exposta, e o argumento de que a liberalização comercial e financeira pode resolver os principais problemas do mundo sofreu um forte golpe. O argumento de que os Estados são impotentes contra as forças globalizantes foi desmoralizado pelas políticas econômicas expansionistas adotadas após os ataques, e pela onda repressiva coordenada através do mundo. A repressão incluiu não apenas restrições às liberdades civis, mas também controles refinados contra os fluxos internacionais de capital e a imposição de limites ao direito de propriedade, por exemplo, contra as patentes farmacêuticas durante o ataque de antrax nos EUA. Por fim, importantes movimentos contra a guerra emergiram em vários países, especialmente o Reino Unido, a Itália e – corajosamente – os EUA.

Após a tragédia de 11 de setembro, a elite global aproveitou a oportunidade para atacar todas as formas de discordância. Em meio a uma maré montante de xenofobia e racismo, jornalistas raivosos rosnaram que os protestos anti-corporações eram também anti-americanos, e ridicularizaram as objeções contra a ‘guerra ao terror’. Políticos excêntricos em vários países, desejosos de agradar seus mestres, alegaram

até mesmo que os novos movimentos de protesto têm os mesmos objetivos que Osama Bin Laden.

Dificuldades como essas tornam evidente a necessidade dos novos movimentos terem clareza de objetivos e selecionarem cuidadosamente seus alvos. Quatro problemas têm papel fundamental na análise do capitalismo moderno e, portanto, na busca de alternativas: neoliberalismo, globalização, poder das corporações, e democracia. São eles que discutiremos a seguir.

### **Quatro Questões Essenciais**

#### *Neoliberalismo*

Nos últimos vinte anos, pela primeira vez na história, tentou-se implementar uma política econômica comum no planeta, disfarçada de neoliberalismo. O FMI, o Banco Mundial, o Departamento do Tesouro dos EUA e, mais recentemente, o Banco Central Europeu, defendem enfaticamente o neoliberalismo, e advertem a todos os países que seus comandos devem ser obedecidos. Nessa empreitada, eles têm o apoio da grande imprensa, de intelectuais de prestígio, banqueiros, industriais, latifundiários, especuladores e oportunistas farejadores de lucros ao redor do mundo.

O neoliberalismo difundiu-se por várias razões. Elas incluem a ascensão do conservadorismo político nos EUA, no Reino Unido e em outros países, e a crescente influência da teoria neoclássica na economia, tanto em sua forma tradicional quanto através do novo institucionalismo. A marcha triunfante do neoliberalismo foi facilitada pelo aparente fracasso do Keynesianismo nos países ricos, do desenvolvimentismo nos países pobres, e pelo colapso do bloco Soviético. Por fim, o governo dos EUA tem pressionado fortemente o FMI, o Banco Mundial, a ONU e a OMC para que eles promovam políticas neoliberais em todos os países. A pressão dessas organizações validou o uso da ajuda internacional, do alívio das dívidas externas e dos investimentos estrangeiros como ferramentas para extrair reformas políticas de governos estrangeiros.

As políticas neoliberais baseiam-se em três premissas. Primeiro, a dicotomia entre os

mercados e o Estado. O neoliberalismo presume que o Estado e os mercados são instituições distintas e mutuamente exclusivas, e que uma se expande apenas às custas da outra. Segundo, o neoliberalismo presume que os mercados são eficientes, enquanto os Estados são esbanjadores e ineficientes. Terceiro, ele alega que a intervenção estatal cria problemas econômicos sistêmicos, especialmente a má alocação de recursos, o comportamento rentista e o atraso tecnológico.

Esses supostos implicam que certas políticas econômicas são ‘naturalmente’ desejáveis. Elas incluem, primeiro, a redução do tamanho do Estado para instituir ‘mercados livres’, por exemplo, através da privatização e desregulamentação da atividade econômica. Segundo, políticas fiscais e monetárias contracionistas, incluindo reformas fiscais e cortes dos gastos públicos, para controlar a inflação e limitar o campo para a intervenção estatal. Terceiro, a liberalização das importações e a desvalorização cambial, para promover a especialização conforme as vantagens comparativas, estimular as exportações e ampliar a concorrência nos mercados domésticos. Quarto, a liberalização dos fluxos de capital, para atrair capital estrangeiro e aumentar a capacidade doméstica de consumo e inversão. Quinto, a liberalização do sistema financeiro doméstico, para elevar a poupança e a taxa de retorno dos investimentos. Sexto, a flexibilização dos mercados de trabalho, para aumentar o nível de emprego. Sétimo, reformas no sistema judiciário, para criar ou proteger os direitos de propriedade. Oitavo, a democracia política, não para preservar a liberdade e os direitos humanos, mas para diluir o poder do Estado e reduzir a capacidade da maioria da população de influir nos rumos da política econômica.

Há muitos anos sabe-se que essas políticas têm sucesso apenas excepcionalmente. A performance econômica durante os últimos vinte anos, tanto nos países ricos quanto nos pobres, tem sido desapontadora, com taxas de crescimento econômico normalmente abaixo daquelas do período (Keynesiano) precedente. Os níveis de pobreza não se reduziram substancialmente, se é que caíram; as desigualdades domésticas e internacionais aumentaram dramaticamente; elevados fluxos de capital se associaram a graves crises cambiais, e a festejada transição econômica no extinto bloco Soviético foi um fracasso retumbante (pelo menos para a maioria da população). Aderentes do neoliberalismo invariavelmente alegam que esses desastres indicam a necessidade de reformas ainda mais profundas. Entretanto, é igualmente



lógico, e mais razoável, concluir que as reformas neoliberais são parcialmente responsáveis pela performance econômica desastrosa nos países ricos e pobres.

Essa conclusão pode ser confirmada por cinco argumentos teóricos. Primeiro, as reformas neoliberais destroem um grande número de empregos e até mesmo indústrias inteiras, tautologicamente descritas como ‘ineficientes’. Ao mesmo tempo, espera-se que o exaurido paciente gerará, espontaneamente, alternativas saudáveis através da suposta eficácia das forças de mercado. Essa estratégia raramente dá certo. O impacto depressivo da eliminação das indústrias tradicionais geralmente não é compensado pelo rápido desenvolvimento de novas atividades, levando ao desemprego estrutural e ao aumento da pobreza e da marginalidade, além de uma restrição de balanço de pagamentos ainda mais apertada nos países afetados.

Segundo, a fé neoliberal nos mercados contradiz até mesmo os princípios elementares da teoria econômica neoclássica. Por exemplo, em sua análise do ‘second best’, desenvolvida há meio século, Lipsey e Lancaster demonstraram que, se uma economia diverge do ideal perfeitamente competitivo por várias razões (como é necessariamente o caso, em qualquer economia), a remoção incompleta das ‘imperfeições’ pode não torná-la mais eficiente. Assim, até mesmo a teoria neoclássica pode explicar porque as reformas neoliberais tendem a fracassar.

Terceiro, a presunção de que o mercado é virtuoso enquanto o Estado é uma fonte de desperdícios, corrupção e ineficiência é simplesmente equivocada. Essa falsa dicotomia é frequentemente empregada para justificar a intervenção estatal a favor do capital (por exemplo, a privatização e a restrição das liberdades sindicais facilitam os abusos por parte dos capitalistas, o logro dos consumidores e a maior exploração dos empregados). Na realidade, o Estado e os mercados são imperfeitos e inseparáveis. Eles incluem diversos tipos de instituições, cujas fronteiras não podem ser traçadas no abstrato. Por exemplo, a Receita Federal, o Banco Central, o Tesouro, as agências reguladoras dos serviços financeiros, as firmas de contabilidade e consultoria e os bancos estatais e privados são inseparavelmente ligados uns aos outros, mas a natureza exata de suas relações é necessariamente circunstancial.

Quarto, as políticas econômicas normalmente não envolvem alternativas excludentes

entre o Estado e os mercados. Pelo contrário, elas incluem escolhas entre diferentes formas de interação entre instituições em *ambas* as esferas. A privatização, por exemplo, pode não implicar a retirada do Estado da economia ou mesmo uma maior eficiência empresarial. O resultado depende da firma, seu produto, gerenciamento e estratégia, a forma de privatização, a estrutura regulatória, a força e a forma da concorrência, e outros fatores.

Quinto, mercados desenvolvidos surgem *apenas* através da intervenção estatal. O Estado estabelece o quadro institucional e regulatório dos mercados, inclusive os direitos de propriedade e a interpretação e aplicação da lei. O Estado regula a provisão de infraestrutura, assegura que uma força de trabalho suficientemente saudável, treinada e subserviente esteja disponível, e controla os conflitos sociais. O Estado estabelece e regula as qualificações profissionais e as regras de contabilidade, e gere um sistema tributário que inclui o pagamento de impostos e a execução de gastos públicos que influenciam decisivamente o desenvolvimento dos mercados, a performance empresarial, e os padrões de emprego. Como as economias capitalistas dependem necessária e constantemente das instituições Estatais, tentativas de ‘medir’ a intervenção do Estado são simplesmente equivocadas. Na verdade, o que importa são os ganhos e perdas associados com cada tipo de política estatal, e a implementação de políticas públicas claras e coordenadas.

Essa abordagem dos mercados e do Estado não nega a afirmação Marxista de que o Estado é ‘um comitê para gerenciar os assuntos da burguesia como um todo’. As razões são evidentes. Primeiro, o Estado é *constitucionalmente* comprometido com o capitalismo, segundo a lei e as práticas sociais, e as instituições estatais estão intimamente ligadas com o desenvolvimento dos mercados, o trabalho assalariado e a busca do lucro. Segundo, os quadros e as prioridades políticas das instituições Estatais são fortemente influenciados pelos grupos de interesse que elas representam, nos quais o capital tende a ser hegemônico. Terceiro, a reprodução do Estado depende estreitamente das fortunas do capital, porque as receitas variam conforme a lucratividade empresarial e o nível de emprego. Quarto, o poder econômico e político dos capitalistas, e sua influência sobre a cultura, a linguagem e os hábitos, são enormes, especialmente em sociedades democráticas. Por exemplo, a comercialização dos votos, o controle estatal sobre a imprensa e a imposição de critérios ideológicos

para a seleção de funcionários públicos são normalmente associados com as táticas brutais de chefes africanos e latifundiários latino-americanos. Entretanto, elas são mais proeminentes no ‘capitalismo avançado’ dos Estados Unidos que em qualquer outro lugar.

Em resumo, as políticas econômicas e seus efeitos são contextuais *e também* estruturadas pelas necessidades do capital. Por um lado, a pressão a favor ou contra certas políticas *pode trazer resultados*, e as resultantes decisões políticas *podem* melhorar significativamente as condições de vida da maioria. Por outro lado, esses sucessos potenciais são limitados. Quando confrontados por políticas ‘inaceitáveis’, os capitalistas se recusarão a investir, empregar, produzir e pagar impostos; eles provocarão crises cambiais, incapacitarão o governo, paralisarão o Estado e chantagearão os trabalhadores – e não hesitarão em recorrer à violência para defender seu poder e seus privilégios. A história demonstra abundantemente que a maioria das instituições estatais, inclusive a polícia e as forças armadas, se alinharão com os interesses endinheirados e tentarão protegê-los dos desafios vindos de baixo.

### *Globalização*

O ‘hiperglobalismo’ é a face internacional do neoliberalismo. Durante os anos noventa, intelectuais e jornalistas alvorçaram-se propagando a opinião de que desenvolvimentos nas esferas da tecnologia, comunicações, cultura, ideologia, finanças, produção, migração e meio-ambiente modificaram o mundo radicalmente. A partir de um conjunto limitado de observações, os ‘hiperglobalistas’ concluem que a globalização gera a supremacia das instituições internacionais sobre as domésticas, o declínio do poder do Estado, e a dominação da vida social pelos mercados globais.

Os neoliberais estiveram orgulhosamente à frente do assalto hiperglobalista. A maioria dos neoliberais proclama tanto as virtudes quanto a inevitabilidade do iminente mercado mundial para tudo (exceto o trabalho, que deve ser separado por fronteiras pouco impermeáveis). Eles dizem que os mercados devem reinar sem sofrer impedimentos vindos de leis nacionais ou a interferência de organizações internacionais. De forma pouco plausível, eles argumentam que a subordinação das políticas domésticas aos imperativos *globais* é essencial para o bem-estar *doméstico*.

O hiperglobalismo foi desacreditado por uma longa série de críticas. Esses estudos sugerem, primeiro, que a integração global se baseia sobre os Estados nacionais, ao invés de negá-los, e que os Estados continuam a ser o foco da legitimidade política e do poder econômico. Ao invés de serem esmagados pelo peso dos tratados internacionais, pela vastidão dos fluxos internacionais de capital e pela penetração das empresas transnacionais, os críticos apontam que Estados poderosos promovem a integração internacional como forma de promover seus interesses, especialmente uma posição mais favorável para o capital nacional em áreas estrategicamente importantes. Segundo, o globalismo neoliberal está associado com resultados indesejáveis, incluindo o aumento da pobreza e da desigualdade, o esvaziamento da democracia e a erosão do Estado de Bem-Estar, beneficiando as grandes corporações e os interesses financeiros. Terceiro, a literatura crítica argumenta que a globalização não é nova nem esmagadora. Ela foi precedida por episódios similares, especialmente antes da Primeira Guerra Mundial; ela não é verdadeiramente ‘global’, estando geralmente restrita a fluxos comerciais e de investimento entre os países desenvolvidos e, mesmo nessa esfera restrita, o capital não é ‘livre’ para se mover à vontade; por fim, apesar das aparências, o efeito macroeconômico líquido da liberalização comercial e financeira é geralmente pequeno. Quarto, os críticos afirmam que os hiperglobalistas confundem os mercados ‘globais’ com o construto teórico da concorrência perfeita, caracterizada pela perfeita mobilidade do capital e pela difusão completa da informação. Essa confusão fornece uma cobertura ideológica para políticas em prol do capital e para a intervenção estatal agressiva a favor da acumulação privada.

Essas críticas ao hiperglobalismo conduziram a três alternativas, que podem ou não ser incompatíveis. Alguns críticos defendem a ‘localização’, ou a descentralização da economia mundial com uma maior dependência da produção e das trocas locais. Outros enfatizaram a necessidade de democratizar a elaboração de políticas econômicas, incluindo um maior papel para as políticas setoriais, tanto comerciais quanto industriais, e controles nacionais sobre os fluxos de capital. Por fim, outros propõem a ‘internacionalização’, ou a reforma e revitalização das instituições internacionais (ONU, o FMI, Banco Mundial, OMC, UE, BCE, e assim por diante), para promover os aspectos positivos da globalização.

Infelizmente, cada uma dessas alternativas enfrenta sérias dificuldades. A ‘localização’ promove o pequeno capital frente ao grande, representado pelas empresas transnacionais. Isso pode ser problemático, porque ignora o relacionamento extremamente próximo entre firmas grandes e pequenas. Por exemplo, as firmas pequenas freqüentemente se agrupam em torno das grandes, e produzem peças e insumos para o grande capital, fazem serviços de limpeza e manutenção, e assim por diante. O relacionamento entre empresas de diferentes tamanhos pode ser tão próximo que sua ‘separação’ torna-se impossível. Além disso, as firmas pequenas tendem a ser financeiramente frágeis; elas geralmente têm poucos recursos para promover a inovação técnica e adotar novas tecnologias, são incapazes de abastecer grandes mercados, e freqüentemente tratam seus trabalhadores bem pior que as firmas grandes. Por fim, coibir as transnacionais inevitavelmente reduzirá a disponibilidade de mercadorias importantes, incluindo alimentos, aparelhos eletrônicos e máquinas industriais.

Tentativas de ‘recuperar’ as políticas industriais com fins progressistas podem ter sucesso; entretanto, políticas equivocadas podem ser inúteis e mesmo contraproducentes. Por fim, a ‘internacionalização’ é utópica. A maior parte das instituições internacionais está firmemente sob o controle das elites globalistas neoliberais, e é irrealista esperar que esses grupos possam ser aliçados do controle. Na maioria dos casos, essas instituições devem ser abolidas, para serem substituídas, quando for o caso, por alternativas inteiramente novas.

As insuficiências dessas críticas ao hiperglobalismo devem-se, muitas vezes, à oposição enganosa entre as esferas global, nacional e local. Essa separação reflete àquela entre os mercados e o Estado, discutida acima. Em geral, essas esferas não devem ser contrastadas como se fossem mutuamente exclusivas, porque elas se constituem mutuamente e só podem ser entendidas através de sua relação mútua.

Mais especificamente, a noção de que as economias locais são os blocos constitutivos das economias nacionais, enquanto as últimas constroem a economia global, é profundamente enganosa. A ‘economia global’ não é mais que os funcionários que se deslocam diariamente para o distrito financeiro de Manhattan e a City londrina, os trabalhadores manuais que batem o ponto no Ruhr, as telefonistas de firmas inglesas e

norte-americanas pedalando para seus empregos em Mumbai, os estivadores do porto do Rio de Janeiro, e centenas de milhões de pessoas produzindo para seus vizinhos em terras distantes, e consumindo não só produtos locais mas também mercadorias produzidas em outros pontos do planeta. Nesse sentido, existe pouca diferença entre as transações econômicas domésticas e as trocas internacionais, e o crescimento econômico necessariamente envolve o desenvolvimento simultâneo das economias locais e nacionais, e da economia global. Na verdade, existem razões para crer, primeiro, que importantes aspectos da produção e das finanças sempre foram ‘internacionais’. Segundo, que o comércio de longa distância é *mais* importante para o desenvolvimento econômico e social que as trocas entre membros da mesma comunidade. Terceiro, que o capitalismo não se desenvolveu originalmente nem em um país específico nem em regiões bem definidas, mas local, regional e internacionalmente *ao mesmo tempo*.

Termos como ‘globalização’ ou a ‘internacionalização da produção e das finanças’, em si mesmos, *não têm sentido*. O capital não é nem nacional nem internacional; ele é uma relação entre as pessoas que aparece como coisas ou como dinheiro. Portanto, não há nada intrinsecamente nacional *ou* internacional sobre as instituições, a produção e as práticas capitalistas. Estudos detalhados demonstraram, por exemplo, que a ‘globalização’ não é um processo homogêneo, unidirecional e inevitável ocorrendo entre economias nacionais nitidamente separadas. A globalização não tende a ‘eliminar’ o Estado-Nação, e os desenvolvimentos recentes na produção, finanças, cultura, meio-ambiente, e assim por diante, são profundamente distintos uns dos outros e devem ser analisados separadamente. O que freqüentemente se chama ‘globalização’ é, na verdade, um conjunto de processos mais ou menos interligados, alguns deles articulados sistemicamente, e outros contingentes, movendo-se em diferentes velocidades e direções através de distintas esferas da economia mundial. Alguns desses processos tendem a erodir os Estados nacionais e as identidades locais, enquanto outros os reforçam.

*Tanto* o apoio *quanto* as críticas à ‘globalização’, no atacado, são profundamente equivocados (por exemplo, não faz sentido para um movimento de protesto *global* ser chamado de ‘anti-globalização’). O que importa, a nível local, nacional e global, é o que é produzido, como, por quem, e para quem. No início do século XXI, assim como

em meados do século XIX, as distâncias entre as pessoas são menos importantes que as relações entre elas. De forma similar, a geografia importa menos que as estruturas de controle e exploração que ligam as pessoas nas cidades, nas diferentes regiões, e em todo o planeta.

### *O Poder das Corporações*

Os novos movimentos ‘anticapitalistas’ são conhecidos por suas críticas às grandes corporações, especialmente as empresas transnacionais. Essa seção argumenta que o poder de mercado e a influência política das transnacionais provocam importantes problemas éticos e econômicos. Entretanto, as empresas transnacionais não são novas, e sua expansão recente não traz mudanças fundamentais ao panorama econômico e político. Portanto, seria equivocado torná-las foco dos ataques.

Vários comentaristas simpáticos aos novos movimentos alegam que um dos mais importantes problemas do capitalismo contemporâneo é a excessiva submissão do poder político frente às grandes empresas. As causas e conseqüências desse processo geralmente não são examinadas, embora presume-se que elas se relacionem com o neoliberalismo e a globalização. Também fica pouco claro o que deveria ser feito a respeito, além de impor restrições pouco específicas contra o poder das corporações.

Isso é evidentemente insuficiente. Esse tipo de argumento é geralmente estéril porque ele não se baseia numa teoria consistente do Estado e sua relação com as firmas, e em uma teoria do poder de monopólio e do comportamento capitalista, sem as quais não se pode entender as práticas corporativas. Por exemplo, apesar de ser correto dizer que o Estado é controlado por interesses e forças capitalistas (ver acima), seria errado atribuir um poder ilimitado a grupos e interesses específicos, tais como as transnacionais, o setor financeiro, os latifundiários ou o capital estrangeiro. Nenhum grupo social existe isoladamente, e nenhum deles exerce um poder ilimitado.

Vamos analisar em maior detalhe o argumento de que as ‘grandes empresas’ controlam a produção, as trocas, a distribuição e o processo político. Esse ponto de vista é equivocado por quatro razões. Primeiro, ele divide o capital artificialmente entre ‘grande’ e ‘pequeno’ (ver acima). Segundo, ele sugere que as firmas pequenas,

como os pequenos armazéns, as firmas de fundo de quintal e as pequenas chácaras estão estreitamente ligadas às comunidades locais, como se essas firmas fossem independentes das grandes empresas que eles representam, que lhes fornecem insumos e que são seus grandes mercados, e como se as pequenas firmas fossem conhecidas pela proteção e defesa dos seus funcionários. Terceiro, ele equivocadamente implica que os males do capitalismo devem-se apenas às grandes empresas, e que eles podem ser eliminados pela legislação anti-monopolista e pela proteção dos mercados domésticos contra a penetração das empresas transnacionais. Quarto, essa visão distorce o ‘capitalismo concorrencial’, como se ele tivesse realmente existido em algum ponto idílico do passado. Nessa paisagem idealizada do capitalismo Vitoriano, seus aspectos negativos como a pobreza, o imperialismo, a escravidão, o genocídio e as forças que transformaram o capitalismo ‘concorrencial’ em capitalismo ‘monopolista’ são arbitrariamente expurgadas.

Logros como esses, e a falta de uma teoria do capital, do Estado, da concorrência e do poder de monopólio, explicam a coexistência de críticas das grandes corporações com apologias patéticas do capitalismo. Por exemplo, nas palavras de uma conhecida crítica da ‘globalização’:

Meu argumento não deve ser visto como anticapitalista. O capitalismo é evidentemente o melhor sistema para gerar riqueza, e o livre-comércio e a abertura dos mercados de capital proporcionaram um crescimento econômico sem precedentes para a maior parte do mundo, ou até mesmo para o mundo inteiro. Ele também não ... é anti-empresarial ... Sob certas condições de mercado, as empresas são mais capazes que o governo de resolver vários tipos de problema ... Eu quero questionar a justificativa moral para um tipo de capitalismo ... no qual não podemos confiar nos governos para defender nossos interesses e no qual poderes não eleitos – as grandes corporações – estão tomando conta dos papéis do governo.

Esse discurso é completamente equivocado. O comportamento ultrajante das grandes empresas, desde a Companhia das Índias Orientais até a Microsoft, e desde a ITT até a Monsanto, não se deve essencialmente ao seu tamanho, ganância, ou ao apoio de Estados que elas seqüestraram em algum momento perdido nas brumas do passado.



As práticas corporativas e o poder de monopólio devem-se às forças geradas pela *concorrência*. Ao mesmo tempo, nosso vício coletivo por McChickens e slogans comerciais não se deve simplesmente à grosseira manipulação de nossos desejos por transnacionais inescrupulosas. O comportamento empresarial, e suas implicações sobre o bem-estar social, se ancoram no domínio de um sistema produtivo voltado para o *lucro individual* ao invés das *necessidades coletivas*.

### *Democracia*

Analistas em vários países têm alertado para o gradual amesquinamento da democracia política, a erosão da cidadania, e a crescente irresponsabilidade social do Estado, mesmo em sociedades democráticas supostamente ‘avançadas’. Esses processos são freqüentemente atribuídos à captura do Estado por interesses corporativos. Entretanto, essa abordagem é inadequada, e a explicação é errônea. Essa seção resenha brevemente as relações entre o Estado, o capital, o regime político e a política econômica.

Uma diferença significativa entre sociedades pré-capitalistas e capitalistas é a separação, nas últimas, entre as esferas ‘econômica’ e ‘política’. Essa separação implica que, no capitalismo, processos ‘econômicos’ – por exemplo, a produção, a troca e a distribuição dos bens e serviços, a compulsão para o trabalho e a exploração dos trabalhadores – são geralmente levados a cabo de maneira ‘impessoal’, através de mecanismos de mercado. Em sociedades pré-capitalistas, a situação é completamente diferente. Essas sociedades geralmente se estruturam por meio de regras baseadas na hierarquia, tradição e obrigações religiosas, e os processos econômicos geralmente se subordinam à autoridade política, tanto através do controle pessoal (por exemplo, em regimes escravistas ou feudais) quanto através do poder do Estado.

A separação entre as esferas econômica e política tem três consequências importantes para o capitalismo. Primeiro, ela constitui uma esfera ‘política’ distinta. Pela primeira vez na história, os donos dos meios de produção (as fábricas, prédios, terra, máquinas, ferramentas e outros equipamentos e materiais necessários para a produção de bens e serviços) não precisam executar tarefas públicas, que são agora privilégio dos funcionários do Estado. A separação da esfera política estabelece tanto o *potencial*

quanto os *limites* da intervenção estatal na economia, incluindo o campo da política econômica e a possibilidade de mudanças políticas ‘autônomas’, sem implicações sobre a ordem econômica. A substância e o grau de democracia é um desses casos (ver abaixo).

Segundo, a separação encastela o poder dos capitalistas na esfera ‘econômica’. Manifestações desse poder incluem a propriedade e o controle dos meios de produção, o direito de regular o processo produtivo e disciplinar os trabalhadores, e a capacidade de explorar a força de trabalho.

Terceiro, a separação entre as esferas econômica e política é relativa, ao invés de absoluta. Por um lado, o poder ‘político’ do Estado e o poder ‘econômico’ dos capitalistas pode levar a conflitos, por exemplo, sobre as condições de trabalho, o salário mínimo, o valor das aposentadorias e as leis ambientais. Por outro lado, vimos acima que os Estados modernos são essencialmente *capitalistas*. A experiência demonstra que o Estado intervirá diretamente tanto em conflitos ‘políticos’ (por exemplo, sobre a extensão dos direitos democráticos) como em disputas puramente ‘econômicas’ (por exemplo, sobre as condições de trabalho e os salários em indústrias importantes), se os funcionários do Estado acreditarem que seu poder ou a reprodução do capital estão sendo desafiados indevidamente. Ao intervir, o Estado se vale do poder das leis, da polícia e, em casos extremos, das forças armadas.

A existência de uma esfera política separada, explicada acima, implica que o capitalismo é compatível com a democracia política (formal). A democracia política inclui o império da lei, o pluralismo político, as eleições livres e regulares, a liberdade de imprensa, o respeito aos direitos humanos, e outras instituições e práticas essenciais para a consolidação da liberdade humana.

Entretanto, o capitalismo *necessariamente* limita a amplitude dessa liberdade, porque ele é incompatível com a democracia *econômica* (substantiva). Esses limites são impostos pelo monopólio capitalista sobre a esfera econômica, explicado acima. Por exemplo, o voto e o debate político não podem geralmente ‘interferir’ com a propriedade ou o gerenciamento das unidades produtivas e, freqüentemente, até mesmo com a composição do produto, a estrutura do emprego e as condições de

trabalho, apesar de sua enorme importância para o bem-estar social. Em outras palavras, apesar de campanhas políticas poderem contribuir para importantes transformações sociais, o espaço para a intervenção democrática na esfera econômica é sempre limitado.

Os limites da democracia capitalista tornam-se evidentes, por exemplo, quando tentativas de ampliar a discussão política sobre os problemas sociais são refreadas pela falta de democracia econômica – tipicamente, quando governos ou movimentos de massa tentam modificar os direitos de propriedade por meios constitucionais. Os conflitos daí resultantes estiveram entre as principais causas da derrota da República Espanhola, da derrubada do presidente chileno Salvador Allende e, de forma menos visível mas igualmente significativa, do fracasso da maior parte das tentativas de reforma agrária na América Latina. Movimentos de massa desafiando os interesses do Estado, na tentativa de modificar os direitos de propriedade por meios legais também foram repetidamente derrotados, em vários países. Nesses choques, o sucesso das forças conservadoras freqüentemente depende da imposição de limites arbitrários sobre a democracia política. Isso implica que a democracia política é geralmente incapaz de desafiar com sucesso o poder econômico da classe capitalista (que se expressa em seus direitos ‘essenciais’ de propriedade). A história demonstra que *o avanço da democracia política é permanentemente limitado pela falta de democracia econômica.*

Tensões entre a democracia econômica e a democracia política geralmente emergem através das flutuações da democracia política e dos direitos civis. Nos países ‘em desenvolvimento’ essas tensões aparecem com grande clareza. Nos anos recentes, a democracia pluripartidária e o sufrágio universal se difundiram pelo mundo, os poderes repressivos do Estado foram reduzidos pela ONU, a Corte Internacional de Justiça, e os precedentes estabelecidos pelo caso Pinochet e pelo processo contra antigos governantes de Ruanda.

Apesar desses importantes avanços, o progresso da democracia política foi gravemente limitado pela simultânea deslegitimação do debate econômico. A imposição do neoliberalismo ao redor do mundo é a mais importante causa dessas limitações. Com o neoliberalismo, a capacidade de elaboração de políticas

econômicas a nível mundial tem-se concentrado em Washington e em Wall Street, deixando abertos ao debate local, tanto nos países ‘desenvolvidos’ quanto nos ‘em desenvolvimento’, apenas assuntos de importância relativamente menor.

Nos países recentemente democratizados, na América Latina, África Subsaariana e Sudeste da Ásia, as transições rumo à democracia política foram geralmente sujeitas a compromissos que excluíram a possibilidade de mudanças significativas na distribuição do poder social e econômico. É especialmente perverso notar que, nesses países, *a imposição de políticas neoliberais freqüentemente dependeu da transição democrática*. Depois de décadas subvertendo governos democráticos e sustentando ditaduras ao redor do mundo, o governo dos EUA e a maioria das elites locais perceberam que Estados *democráticos* são capazes de seguir os *diktats* de Washington e impor políticas antagônicas com a democracia econômica de forma mais segura e confiável que a maioria das ditaduras. Isso se deve à maior *legitimidade política* dos governos formalmente democráticos.

Essa conclusão pode ser justificada de outra forma. A repressão é freqüentemente necessária para extrair os recursos necessários para pagar o serviço da dívida externa, mudar a estratégia de desenvolvimento rumo às ‘vantagens comparativas’, e apoiar setores industriais e financeiros parasíticos. Entretanto, as ditaduras raramente podem exercer o nível de repressão necessário para implementar as políticas neoliberais por longos períodos. Isso é algo que Estados democráticos podem fazer com mais sucesso, porque *sua legitimidade política lhes permite ignorar as pressões populares por mais tempo* (entretanto, os acontecimentos recentes na Argentina demonstram que essa estratégia também tem limites).

Essa análise revela uma inconsistência fundamental no projeto globalista neoliberal: esse projeto exige que sistemas políticos *inclusivos* implementem políticas econômicas *excludentes*. Essas políticas requerem Estados hostis à maioria, *apesar* de Estados democráticos supostamente responderem às pressões da maioria. Essa tensão explica a difusão recente de Estados *formalmente democráticos* mas *altamente repressivos* ao redor do mundo. Também se verifica a perpetuação da exclusão e da injustiça social, apesar do pluralismo político e da consolidação das instituições democráticas em vários países.

O esvaziamento da democracia pode ser pelo menos parcialmente revertido através de lutas de massas. Essas lutas podem limitar o poder dos interesses industriais e financeiros, e abrir a possibilidade de alternativas políticas que contribuam para a melhoria das condições de vida da maioria. Entretanto, a democracia pode incluir esferas criticamente importantes da vida social *apenas* se for abolido o monopólio capitalista sobre a esfera econômica. Nesse sentido, o sucesso da luta depende do caráter *anticapitalista* do movimento democrático.

### **O Caminho Adiante**

A seção anterior demonstrou que não se deve esperar que apelos pela restauração do poder do Estado ou campanhas pela reforma das instituições internacionais, pela responsabilidade corporativa ou pela expansão da democracia formal levem a transformações significativas do capitalismo contemporâneo. Reformas são certamente possíveis nessas e em outras áreas, e elas podem ampliar consideravelmente o poder e a influência da maioria. Entretanto, essas reformas serão sempre limitadas e, mesmo que obtenham sucesso, estarão sempre ameaçadas porque elas não tratam da causa fundamental dos problemas do capitalismo contemporâneo.

Sucessos estratégicos dependem de cinco fatores. Primeiro, o *holismo*. Ataques bem-sucedidos contra as insuficiências da democracia formal, as injustiças da dívida externa, os efeitos destrutivos dos fluxos comerciais e de capital, a degradação ambiental, a irresponsabilidade empresarial, os diferentes tipos de preconceito, e assim por diante, requerem a consolidação das lutas setoriais em um movimento de massas contra o poder do capital em escala mundial – a causa fundamental dessas aberrações.

Segundo, apesar do movimento ser necessariamente global, ele deve focalizar suas energias no terreno *nacional*. Em parte, isso se deve ao fato da eficácia da luta ser maximizada nesse nível (é muito mais difícil mobilizar com sucesso na esfera internacional). Entretanto, a principal razão por trás dessa prioridade estratégica é o fato dos Estados Nacionais cumprirem um papel fundamental na escolha e implementação da política econômica, na operação dos mercados e na imposição de

limites ao poder das corporações. O ‘capitalismo global’ é organizado e regulado a nível nacional, e seus atores (empresas transnacionais, organizações internacionais, mercados globais, e assim por diante) dependem da promoção e regulamentação do Estado.

Foi demonstrado acima que o capitalismo global *não existe* independentemente dos Estados Nacionais e dos capitalistas e trabalhadores organizados a nível local. Da forma similar, a maneira mais eficiente de influenciar resultados ‘globais’ é pressionando os Estados Nacionais. É precisamente porque os Estados Nacionais são as instituições mais importantes e, também, o elo mais fraco da ‘economia global’ que o capital propaga o mito de que a globalização torna o Estado impotente e irrelevante.

Terceiro, o movimento deve desenvolver ainda mais sua *capacidade de mobilizar grandes massas por meios não-tradicionais*, e implementar formas inovativas de luta.

Quarto, o crescimento do movimento depende de sua capacidade de *incorporar as preocupações imediatas* da maioria da população. Elas incluem problemas como o desemprego e o excesso de trabalho, bem como os baixos salários, a insegurança no emprego e as más condições de trabalho, a degradação ambiental de áreas densamente povoadas, a oferta de escolas, saúde pública, água, esgotos e energia elétrica, a provisão de transporte público eficiente e barato, e assim por diante. O sucesso requer também atenção ao *local de trabalho*, que é a base do poder econômico e da dominação capitalista. A unidade entre as lutas ‘econômicas’ e ‘políticas’, e os conflitos contra o capital e o Estado, especialmente através dos confrontos de massa contra a *política econômica do Estado* e suas conseqüências, são condições importantes para o crescimento e a vitória.

Quinto, dados os limites da democracia política e o poder do Estado, a conquista da igualdade e a eliminação da pobreza e da exploração exigem a *transcendência*, ou a abolição do capitalismo. Essas conclusões são discutidas e explicadas em cada um dos capítulos desse livro.

### **Deixando o Capitalismo Para Trás**

Reformadores sociais, socialistas utópicos, anarquistas, social democratas, Marxistas e muitos outros questionam há pelo menos dois séculos a legitimidade e os custos do capitalismo. Porém, não existe dúvida de que é o Marxismo que oferece a crítica mais abrangente e radical desse sistema social e econômico, incluindo a elaboração da alternativa radical ao capitalismo: o comunismo. A análise Marxista da transcendência pode ser dividida em duas áreas, a crítica do capitalismo e a importância do comunismo.

Vários problemas do capitalismo contemporâneo foram discutidos acima e, em cada caso, a raiz desses problemas e os limites de suas possíveis soluções sob o capitalismo foram considerados. Alguns desses problemas podem ser remediados sob o sistema atual, por exemplo, a erosão da democracia política, a irresponsabilidade corporativa e a pobreza absoluta. Entretanto, outros problemas não podem ser resolvidos, porque eles são *características* do capitalismo; entre eles, o desemprego, a exploração dos trabalhadores, a desigualdade econômica, a invasão do trabalho no tempo livre, a degradação ambiental generalizada, a falta de democracia econômica, e a produção para o lucro ao invés do atendimento das necessidades humanas. Problemas como esses podem ser, na melhor das hipóteses, ocultos pela propaganda e mitigados pela prosperidade econômica.

Os Marxistas afirmam que os limites do capitalismo podem ser eliminados apenas através de uma nova forma de organização social, o comunismo. A deturpação do comunismo nos últimos dois séculos não pode ser corrigida nesse livro. Entretanto, três observações se fazem necessárias. Primeiro, o comunismo não deve ser confundido com o sistema político associado com a China ou a extinta URSS. Segundo, o comunismo não é inexorável nem inevitável. O capitalismo mudará e, em última instância, será superado apenas através da pressão irresistível da maioria. Na falta dela o capitalismo pode persistir indefinidamente, apesar de seus graves custos humanos e ambientais. Terceiro, o comunismo não é uma versão terrena do paraíso, nem anuncia o ‘fim da história’. Pelo contrário: o comunismo marca o fim da *pré-história* da sociedade humana. O comunismo eliminará as restrições *socialmente criadas* da pobreza, do trabalho penoso, enfadonho e opressivo, da exploração, da degradação ambiental, e outros limites criados pela busca insana do lucro. A remoção desses obstáculos permitirá que a história *comece*, porque, finalmente, a humanidade

se libertará da ditadura dos interesses endinheirados, das privações e da penúria geradas pela grande propriedade, e da desigualdade devida à riqueza e aos privilégios. *A igualdade econômica é essencial para a igualdade política*, e ela permitirá que todos se tornem membros igualmente importantes de uma sociedade *verdadeiramente aberta*.

A luta contra o capitalismo é parte integral da luta pela democracia na sociedade e no local de trabalho, contra os lucros e os privilégios, e pela igualdade de oportunidade para todos. Essas são as lutas que definem os novos movimentos, mas levadas às suas conseqüências lógicas.

### Referências

- Arestis, P. e Sawyer, M. (1998) 'New Labour, New Monetarism', *Soundings*, Summer; reimpresso em *European Labour Forum* 20, 1998-99.
- Barker, C. (2001) 'Socialists', em: E. Bircham e J. Charlton (orgs.) *Anti-Capitalism: A Guide to the Movement*. London: Bookmarks.
- Chattopadhyay, P. (1994) *The Marxian Concept of Capital and the Soviet Experience: Essay in the Critique of Political Economy*, Westport, Conn.: Praeger.
- Engels, F. (1998) *Anti-Duhring*, CD-Rom, London: Electric Books.
- Fine, B. (2001) *Globalisation and Development: The Imperative of Political Economy*, mimeo.
- Fine, B., Lapavistas, C. e Pincus, J. (orgs.) (2001) *Development Policy in the Twenty-first Century: Beyond the Post-Washington Consensus*, London: Routledge.
- Fine, B. e Stoneman, C. (1996) 'Introduction: State and Development', *Journal of Southern African Studies* 22 (1), pp.5-26.
- German, L. (2001) 'Anticapitalism', em: E. Bircham e J. Charlton (orgs.) *Anti-Capitalism: A Guide to the Movement*. London: Bookmarks.
- Hertz, N. (2001) *The Silent Takeover: Global Capitalism and the Death of Democracy*. London: William Heinemann.
- Karliner, J. (2001). 'Where Do We Go From Here? Pondering the Future of Our Movement', *CorpWatch*, 11 October 2001, [www.corpwatch.org](http://www.corpwatch.org).
- Marx, K. e Engels, F. (1998) *The Communist Manifesto*. London: The Electric Book Company, CD-Rom.



Radice, H. (2000) 'Responses to Globalisation: a Critique of Progressive Nationalism', *New Political Economy*, 5 (1), pp.5-19.

WDM (2000) *States of Unrest: Resistance to IMF Policies in Poor Countries*. London: World Development Movement ([www.wdm.org](http://www.wdm.org)).

Wood, E. (1981) 'The Separation of the Economic and the Political in Capitalism', *New Left Review* 127, pp.66-95.

Wood, E.M. (1988) 'Capitalism and Human Emancipation', *New Left Review* 167, pp.3-20.

Wood, E.M. (2002) 'Global Capital, National States', em M. Rupert and H. Smith (orgs.) *Now More Than Ever: Historical Materialism and Globalisation*. London: Routledge, no prelo.

**NOTAS:**